ANO 5.º | Sexta-feira, 22 de Novembro de 1912 | NUMERO 248

O DEMOCRATA
(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . 600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . 2$500 réis
Avulso . . . . 20 réis
REDACÇAO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
Propriedade da Empresa do DEMOCRATA
Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luis de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . . 40 réis
Comunicados . . . . 20 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

REFLEXÕES

E' bem do dominio de todos, e por todos quantos nos empenhâmos pelas prosperidades da Republica na Patria favoravelmente apreciada, a ancia, a sofreguidão, com que daqui e de acolá, de norte a sul e de léste a oéste do País, a imprensa nos traz, em longos e substanciosos artigos, alvitres sobre alvitres tendentes todos a melhor e mais proficuamente orientar a solução duma infinidade de problemas de alta politica que, num regimen nascente, certo nos preocupam.

E' um chuveiro, é um nunca acabar de manifestações tais, tão simpaticamente patrioticas, trasbordando civismo e denunciando constantemente que estâmos em verdade dispostos a viver a vida que nobilita, a vida que a quem a vive lhe dá fóros de gente que sabe, quer e póde viver entre póvos progressivos, autonomamente e altivamente.

Este concurso espontaneo de bôas vontades e de transparentes desejos de acertar, em que cada um dos que amâmos a Republica quasi não quer ceder a vez ao outro, é um facto comprovadissimo que nem de má fé póde ser contestado durante cinco minutos.

Num horisonte ao longe, quiçá idealisado, pretende-se vêr o confuso escôrço duma guerra cuja possibilidade a rasão condena ou, alheado dêsse pesadêlo, fala-se naturalmente e preventivamente de defêsa nacional? Logo surgem de toda a parte opiniões patrioticas de que resultam planos mais ou menos viaveis a estudar pelos competentes e que nos garantirão num futuro mais ou menos proximo um exercito e uma armada dignos de respeito.

Cogita-se nas finanças que o defunto regimen com seus imperdoaveis crimes e tranquibernias impudicas deixou pelas ruas da amargura, profundamente abaladas, e assenta-se na necessidade inadiavel de esbater e alfim cortar cérce esse canceroso *deficit* que quer deprimir-nos? Sem demora intendidos e não intendidos, mas uns e outros cheios de intensa fé, animados dum patriotismo que ultrapassa o vulgar e vai até ás raias do extraordinario, emitem o seu parecer sobre o momentoso problema que estará prestes a solucionar-se.

Discute-se educação, trata-se de administração, fala-se de fomento, pensa-se, em suma, em qualquer dos mais complexos factôres do nosso engrandecimento moral e material? Não ha na grande familia republicana vozes humildes ou vozes autorisadas que não venham á compita pronunciar-se sobre a melhor maneira, sobre o menos escabroso caminho por que se deve seguir para atingir o objectivo ambicionado.

São factos bem patentes que a todos terão levado salutares e agradabilissimas impressões.

A todos? infelizmente não.

Ha ainda em terra portuguêsa uma pequena minoria, uma ridicula minoria que persiste em prender-se, em acorrentar-se cada vez mais ao póste que um regimen tôrpe, tôrpemente mantido e vergonhosamente caído na gloriosa manhã de 5 de outubro, erigiu sobre um estendal de imoralidades e estorsões de toda a casta, e ali se fica tristemente, humilhantemente, irritantemente, a desperdiçar energias a consumir vidas nêstes tristes pios de môcho nauseante: *Estâmos chegados ao fim. Quanto peor, melhor. Os fados vão cumprir-se*; e tantas outras sandices de egual jaez que longe de servirem de lenitivo á minoria iracunda que as profére mais lhe azéda e envenena a vida.

Insensatos e maus!

Imbecilmente cégos!

Não viram e teimam em não querer vêr que a causa vil que afundaram com mãos de ineptos uns, de devassos outros, de rapinantes outros ainda, é uma causa para sempre afundada... em lama!

Ridicula minoria que, impingindo-se nobre, não é capaz dum gésto de nobreza!

E' sempre fráudulenta, é sempre mentirosa. E não sômos só nós a dizê-lo, que podiamos ser tidos por facciosos ou despeitádos; são estrangeiros de alta cotação moral e intelectual que o dizem e o passaram á historia. São por exemplo os célebres catedráticos francêses *Ernest Lavisse* e *Alfred Rambaud*, positivamente alheios ás nossas tricas politicas, simples observadores e conscienciosos historiadores, que na sua *Histoire Génerale du VI. siècle à nós jours*, publicáda em 1904, ainda antes das mais ruidosas falencias do regimen sacudido, dizem francamente que, no regimen monarquico português, os partidos que se partiram e repartiram não são mais que *coteries cujos chefes se degladiam com uma completa ausencia de escrupulos e um perfeito esquecimento do interesse público*, acrescentando: *Tout est apparence et mensonge.*

Tudo no regimen falido era aparencia e mentira! Dizem-no cotados historiadores francêses; e, dos que tal regimen defendiam, ainda ha uma ridicula minoria cada vez mais prêsa ao ignominioso póste! E, impingindo-se nobre, não é capaz dêste singélo gésto de nobreza e de rudimentar prudencia: uma espectativa purificadôra!

Muito ao contrario: essa estranha actividade anteriormente citada e flagrantemente conhecida e reconhecida, e que para todos traduz a ancia de viver limpamente, honradamente, sempre com amor ao Trabalho, sempre com os olhos fitos no Progresso, na Civilisação, num Eden realisavel, mal provoca á ridicula minoria os seus pios de mocho, o seu rançoso estribilho tumular que a ninguem arripia porque nêles... *tout est apparence et mensonge*, tudo é aparencia e mentira.

Politiqueiros duma figa!

* * *

Deixêmol-os e cuidêmos nós dos interesses públicos, dos interesses da nossa querida Patria, que são o contrario, já sobejamente provado, dos inconfessaveis interesses dêles, déssa pífia minoria.

Continuêmos com crescente animo no labor honrado de solucionar os altos problêmas da politica, e ácêrca dêles chovam os alvitres de toda a parte, de entendidos e não entendidos; que, do muito, alguma coisa se aproveita sempre.

Sómente reflexionaremos:

O monumental edificio que nos propômos construir em substituição do pôdre pardieiro que derrubámos, tem de ocupar o espaço enorme que vai da metrópole ao ultramar e ha-de ser tal que comporte, numa acentuada atmosfera de moralidade, uns dezoito milhões de individuos que se agrupam, áquem e além-mar, em provincias, em distritos, em concelhos, em freguezias. E porque em cada uma déstas circunscrições ha-de alicerçar-se o novo e magestoso edificio, á actividade que todos vâmos consumindo nas soluções magnas, com um amôr patrio que encanta, tirêmos-lhe uma parte e apliquêmol-a paralelamente, com inteligencia e sem demora, a cada uma déssas pequenas circunscrições sobre que assenta o grande edificio em construção. Não descurêmos isso que é imediatamente praticável e imediatamente necessario. Olhêmos um pouco mais para ao pé da nossa porta onde tanto ha que fazer; e, assim, com método no trabalho, em breves anos daremos a obra pronta.

Beja da Silva

SEMPRE ERRANTES

A França acaba de expulsar do seu território aquêles dois Cristos que ainda andam pelo mundo, pae e filho, e que agora vão habitar, ao que consta, na America do Norte.

O motivo todos o sabem: sêres completamente degenerados o seu unico fim é fazer mal, propagar o mal, contribuir quanto possam para o mal. Dois bandidos, dois miseraveis que inféstam todas as terras por onde passam além de sujarem, ao proferil-o, o nome daquéla onde nasceram.

A França fez bem lavar-se dêsses dois escarros, déssa porcaría que tão admiravelmente se casa com o *corno e a ferradura* que escolheram para emblema do seu escudo...

Ribeiro de Almeida

Regressou do estrangeiro, devendo ámanhã reassumir as funções de governador civil dêste distrito, o sr. Julio Ribeiro de Almeida, que na quarta-feira têve em Lisboa uma larga conferencia com o sr. ministro do Interior sobre assuntos que se prendem com esta circunscrição.

Antecipadamente cumprimentâmos sua ex.ª.

Á ESPÉRA

Apezar da nossa insistencia e do anuncio do "Camaleão„ o medico-burlista Pereira da Cruz continúa sem dar acôrdo de si

Silencio sepulcral!

«Agora mesmo que o sr. dr. Pereira da Cruz vai chamar á responsabilidade juridica os seus difamadores e á responsabilidade penal todos os que lhe déram armas para a cruzada da difamação, seguiremos o caminho traçado do começo: aguardaremos.»

(*Campeão das Provincias*, 26—10—1912).

Não é segredo para ninguem que o sr. dr. Pereira da Cruz, exibido perante o público, não só désta cidade mas de todo o país, que tem acompanhado com *olhos de vêr* o desenrolar da indecentissima imoralidade, da qual é o unico responsavel, e que o temos aqui amarrado ás considerações que sobre tão indigna traficancia temos feito—não nos chama aos tribunaes, nem tão pouco *os que nos déram armas para a cruzada de difamação.*

Mas porquê?

Arquivado o procésso na divisão militar de Coimbra, por falta de provas, que maior rasão, que mais indiscutivel argumento precisa o sr. dr. Pereira da Cruz para nos chamar aos tribunaes e ali confundir-nos, esmagando-nos de encontro *á infamia das nossas calúnias* e á dureza duma enxovia?

* * *

«Isolados do apoio da opinião, logo aos primeiros embates a tinham ofendido e inspirado em seguida contra si proprios.

Então, na opinião fez-se um movimento de repulsão veemente. E de facto: de onde vinha aquilo?

Quem eram as pessoas moraes que se arvoraram em defensores da moralidade?»

(*Campeão das Provincias*, 26—10—1912).

Falou assim ainda no mez passado o orgão da familia!

Estas palavras, sem duvida, vem em reforço das nossas considerações.

Com a falta de provas, e a *repulsão veemente da opinião pública* contra nós, que mais precisa o sr. dr. Pereira da Cruz, para nos chamar perante a justiça á responsabilidade da nossa *cruzada de difamação?*

O sr. dr. Pereira da Cruz que é um homem de bem a quem homens de bem se honram de apertar a mão; que é um esclarecido clinico que faz do seu **mister um sacerdocio** *e é na sua terra uma individualidade de destaque*, mas que, apezar disso, *o mordem abocanhando a sua reputação, salpicando-lhe o caminho de lama, ensaguentando, cuspindo afrontas sobre o seu nome, feito por uma conduta honrada de larga soma de anos de existencia*; o sr. dr. Pereira da Cruz que possue toda esta enormissima soma de qualidades acrescendo ainda a circunstancia de ser *tenente medico miliciano, medico municipal, delegado de saude no distrito, homem politico, politico republicano, republicano democratico*—com trezentos milhões de diabos, permita-se-nos o plebeismo da frase—o que quer mais e mais precisa o sr. dr. Manuel Pereira da Cruz para nos reduzir á expressão mais simples, atirando-nos para dentro duma masmorra, exaltando a sua pessoa, incluindo o seu nome, á respectiva altura, no calendario, como martir, desde que não possa figurar como virgem? Ao menos ficará inscrito como irmão do Senhor dos Passos, ilibádo, emfim de, toda a peçonha ruim e mortifera com que quizéram atingil-o *numa campanha de ferocissimos odios, que de começo chamou sobre si a indignação de toda a gente, de todos os homens de bem, de todas as consciencias honestas e até por fim* do redactor do *Campeão*, cunhado e amigo... provisório do *esclarecido clinico!*

Vae para um mez que pelo porta-vóz do Cójo se anunciou ás gentes, movimentadas ainda *pela repulsão veemente de protésto*, que cêdo se faria justiça, metendo-se-nos pelas guélas abaixo quanto sobre a imputação calúniosa de actos atribuidos ao sr. dr. Pereira da Cruz tinhamos dito, na parte relativa a ser atribuida ao *esclarecido clinico* a isenção de mancebos do serviço militar a 50$000 reis por bico!

Como essas gentes, nós, por nossa vez, esperámos e preparámos todo o nosso material de campanha para defender não só a nossa fronteira, mas ir até á capital inimiga, obrigando-a a assinar a paz—não em Berlim, mas aqui bem proximo, no tribunal—onde tambem ha juizes, que não entraram *no movimento de repulsão veemente de protesto* contra as verdades nuas e cruas que nas colunas modestas dêste nosso menos modesto jornal, vimos de dizer.

Afinal nada, sempre nada, empregando-se a velha tatica de deixar correr o tempo para que êle apague os vestigios e lembrança das nossas acusações e para que nos cançêmos da inutilidade da luta!

* * *

«Numa terra como a nossa, onde todos nos conhecemos, não é uma irrisão, não será um escarneo, isso que aí anda afrontando tudo e todos em nome da moralidade?

Como tudo isto entristece!»

(*Campeão das Provincias*, 26—10—1912).

Mas chegou o momento, emfim, do regosijo e ninguem se pretende alegrar?

Toda a anunciada desfórra *contra a violencia e virulencia da refalsada e cavilosa acusação* resume-se sómente nas duas colunas e meia de repugnante palavrorio, no *Campeão*, do qual desde o começo do nosso artigo reproduzimos periodos, que só servem de valioso reforço ao nosso espanto?

Entretanto ninguem salva o pobre naufrago que não se submerge *na lama que lhe atirâmos, que o não atinge*, como muito bem diz a gazeta da casa, mas se afoga no monturo, no esterquilinio da sua propria obra?

Ninguem lhe estende um braço salvador, um rêmo, uma palha?

Deixam desaparecer assim, na mais condenável e criminosa indiferença, sem uma sequer tentativa de salvamento, aquêle a favor de quem se operava ainda ha pouco *um geral movimento de veemente protesto contra as calunias* que lhe assacávamos?

Pois dirêmos nós a rasão de tão grande infamia!

Não seremos nós que deixemos morrer ao desamparo quem *faz do seu* **mister um sacerdocio** *e é na sua terra uma individualidade de destaque a quem homens de bem se honram de apertar a mão!!!*

Sem a nossa oração funebre é que não fica. Essa homenagem lhe devemos.

A draga

Apareceu após quasi tres anos de ausencia; que ficou por igual numero de contos de reis, segundo se diz.

Vem muito bem pintada e vistosa, mas já afirmam que, como a mulher velha que disfarça as rugas com *créme Simon*, o tempo que foi gasto a arranjar um lado foi suficiente para danifical-o quando repararam do outro.

Emfim, apezar do aparelho não funcionar, ha quem diga que se fizéram... varias dragagens, com muito bom resultado...

NÓS

O director dêste jornal enviou ontem aos cidadãos abaixo designados, a seguinte carta:

Ilustres cidadãos Antonio Maria Beja da Silva, dr. André dos Reis e capitão Ferreira Viágas.

Meus presados amigos

Reiterando o pedido pessoal que ha dias directamente vos fiz no sentido de, consultando as duas colecções de jornaes A Liberdade *e* O Democrata, *poderdes dizer, com imparcialidade, qual dêles foi o primeiro a exceder-se até ao ponto de resultar o conflito qu- muito bem conheceis, venho colocar nas vossas mãos as duas aludidas colecções convencido, como estou, de que sereis justos no parecer que tiverdes de emitir e que de muito me servirá de futuro para resoluções que tivér de tomar.*

Sem outro motivo, subscrevo-me com a muior consideração

Vosso sincéro amigo

Aveiro, 1 de Novembro de 1912.

Arnaldo Ribeiro

RAÇA MALDITA

O PADRE

Já que isso me permite o *Democrata,* aqui estou hoje a transmitir aos seus leitores algo do que sei ácêrca da vida eclesiastica, exatamente porque entendo ser este o momento asado de fazer justiça, de contribuir para o bem da minha Patria, bem que só lhe advirá pela união de todos os liberaes contra o padre reaccionário, contra o jesuita, principal elemento de discordia em toda a parte onde tem influencia, protecção, se não predominio.

E pois que assim é não hão-de levar a mal os meus amigos se lhes dissér que a alma ferina do padre reaccionário só concebe ideias estranhas, baseadas em principios iracundos de ganancia, tão nocivas á sociedade como o rancoroso punhal do *apache* ou a mordedura fatal da vibora.

O padre reaccionário, o padre jesuita, logo que a magica navalha de Loiola lhe abre um zero na cabeça, abdica imediatamente de tudo quanto seja grandeza de alma, nobreza de caracter, principio de dignidade ou sentimento patrio.

O zimborio mais alto do Vaticano é a sentinela vigilante que anima a matilha dos onzeneiros da Fé nas horas vacilantes das suas operações criminosas, assim como os acusa tambem, impávida e terrivelmente a *Torquemada* quando dos labios lhes escapa um ténue fio de verdade que conduza ao conhecimento dos seus segredos, ou quando a sua mão vigorosa foi cobarde no despedir dum golpe de *sevilhana* ao pescoço de Sarah de Matos ou ao coração de Maria Stuart!...

O padre reaccionário, o padre jesuita, não tem patria, não tem familia, não tem virtude e não tem Fé; tem apenas coragem para os maiores cometimentos de tôrpe e violenta empreza desde que os interesses sejam lucrativos e relativos; tem apenas a negra alma provada e experimentada nos bancos do latrocinio, no torno caviloso do subterfugio e no lupanar esqualido do seu reportorio ou sacristia infernal de inconcebiveis e intermínaveis expedientes; tem apenas coração que só lhe sustenta a vida, mas não lhe bate nem pulsa, não o comove nem o aflige quando as donzelas, prostituidas no presbitério, lhe batem á porta com a fóme estampada no rosto e a desgraça ao colo!...

O padre reaccionário, o padre jesuita, para conseguir os seus fins, para chegar ao *terminus* da sua

Contra o DEMOCRATA

O editor do "Camaleão,, arvorado em procurador da "firminada,, intenta no tribunal um processo injusto, de revindita por a termos desmascarado

O que êle diz e as nossas declarações perante o juizo de direito desta comarca

Na sexta-feira da passada semana, fômos procurados nésta redacção pelo escrivão Marques da Silva, que, em virtude dum requerimento do editor da gazeta do Côjo, *Campeão das Provincias*, nos intimou a comparecer, no praso de três dias, no tribunal, afim de respondermos ao seguinte documento apenso á citação:

Diz Firmino de Vilhena de Almeida Maia, casado, funcionario publico e jornalista, désta cidade, que no jornal O Democrata *que em Aveiro se publica semanalmente, ás sextas-feiras, se lê em o n.º 246, de 8 do corrente, que se junta, um artigo inserto na segunda pagina, sob o titulo de*—Um monturo—O Camaleão das Provincias—*etc. Esse artigo é todo uma série de insultos contra o periodico local* Campeão das Provincias, *periodico a que o autor se dirige para atingir, sem contestação possivel, não só o requerente, que é o proprietario e director do* Campeão, *mas tambem para visar e maguar alguns dos seus parentes proximos, que com êle fazem desde sempre camaradagem politica, sendo até tristemente cérto que á furia e ao odio do articulista não escapou mesmo a memoria de Manuel Firmino de Almeida Maia, que foi, emquanto vivo, o chefe de um dos partidos da extinta monarquia nêste concelho.*

No citado artigo atribue-se ao requerente e sua familia a ausencia de caracter, proceder e viver politico sem escrupulos, proficionaes da mentira e do embuste, desavergonhados quadrilheiros *e outros epitetos afrontosos que o exame constatará, para quem, como o requerente entende, a honra é só uma, sem a esdruxula e inadmissivel distinção de honra pessoal e honra politica. Pretendendo fazer punir o responsavel, requer a V. Ex.ª que o editor do jornal em questão, Arnaldo Ribeiro, casado, farmaceutico, residente em Aveiro, seja citado, para que, com pena de desobediencia, venha a juizo, no praso de tres dias, prestar declarações e indicar o autor do artigo incriminado, para, feito o interrogatorio, proceder-se a corpo de delito directo e indirecto, seguindo-se os tramites do artigo 29 e seus paragrafos do decreto de 28 de Outubro de 1910.*

Péde deferimento.

Testemunhas:
Dr. Luiz de Brito Guimarães, solteiro, professor do lyceu
Rui da Cunha e Costa, *casado,* **jornalista**
João Pedro Ruéla, casado, oficial de infanteria 24
Leovogildo Matias de Mélo, casado, empregado do correio
Manuel dos Santos, idem, idem, todos de Aveiro.

(a) *Firmino de Vilhena de Almeida Maia.*

A isso que aí fica, e que é bem o retrato moral de quem subscreve taes linhas, respondêmos nós assim, na segunda-feira imediáta:

O artigo publicado em o n.º 246 de O Democrata, *sob a epigrafe*—Um monturo.—O Camaleão das Provincias—*de que tomo inteira e completa responsabilidade, é a sequencia de outro insérto em o n.º 245 do mesmo jornal, tambem sob a epigrafe*—O Camaleão das Provincias.

Nêstes artigos apenas, posto que com calôr, energia e veemencia, sem intenção criminosa e sem ataque á honra pessoal de ninguem, se criticam os processos politicos do Campeão das Provincias *após a morte do seu fundador, processos que, como se hade provar e é publico e notório, são e tem sido*—**sempre com os de cima.**

Claramente se vê dos referidos numeros e nomeadamente da 5.ª coluna da 2.ª pagina do n.º 246, que ali se não encára nem o director do jornal Campeão das Provincias, *nem os seus colaboradores, nem os que seguem a sua orientação, sob o aspecto individual ou particular, mas sim como politicos:* A craveira da sua **politica** é a algibeira. O anemometro **politico** do seu quadrante só gira com o vento do poder. **Sempre com os de cima.** *Dentro da monarquia, monarquicos; dentro da Republica, republicanos. Acolá, progressistas, alpoinistas, franquistas, teixeiristas consoante a côr politica da situação governativa do momento. E que assim é, quer dizer: que só* politicamente *se atacou o jornal* Campeão das Provincias *pela falta sempre demonstrada de coerencia e seriedade politicas, após a morte do seu fundador bastará atentar nas palavras da 1.ª coluna do n.º 245, 3.ª pagina:...* do seu fundador que com êle levou para a paz do tumulo a orientação definida e mantida com honra até esse lugubre momento.

Estas palavras são o mais formal desmentido áquélas outras da petição de folhas 2 em que se diz que á furia e odio do articulista não escapou mesmo a memoria de Manuel Firmino de Almeida Maia. *Pelo contrario: taes expressões são uma homenagem á memoria dêsse homem que, tendo muitos defeitos, soube ser sempre coerentemente politico, qualidade que lhe não herdaram os continuadores da sua obra.*

De mais, esse artigo pelo qual sou chamado a responder, é a resposta legitima e inconfundivelmente verdadeira a outro publicádo no Campeão das Provincias, *n.º 6:206, intitulado* — O caso Pereira da Cruz—*onde o* Democrata *é visado e apodado mentirosamente de não ter autoridade para tratar de questões de moralidade, como aquéla de que vem tratando ha tres mezes consecutivos.*

Para finalisar devo dizer que nésta campanha, como em todas as mais em que o Democrata *se mantém e empenha, não ha intuito de ofender, injuriar ou difamar alguem, não ha intenção criminosa, mas simplesmente a de moralisar os costumes e sanear a politica.* **E' um grito de protésto sincéro contra aquêles que nada tendo jogado em prol das instituições vigentes, pretendem trazer para a Republica os processos politicos que tanto infelicitáram o país.**

Em 18 de Novembro de 1912.

(a) ARNALDO RIBEIRO

Vâmos, pois, ter comicio no tribunal. Lá compareceremos de cara levantada a fazer a historia politica dos *firminos* e do *Camaleão*, como é conhecido o seu orgão na imprensa, demonstrando ao mesmo tempo a desonra que constitue para o Partido Republicano Português a adesão dêsse bando de aventureiros cujas convicções correm parelhas com a desvergonha manifestada a cada passo no decorrer da vida ingloria que tem atravessado.

Se alguem imagina que vacilâmos, engana-se. O que não fizémos logo após a mudança de regimen quando os intrujões da Vera-Cruz se esfalfávam em aclamar a Republica, fazemol-o agora porque é preciso que Aveiro não esqueça nem pérca de vista a hipocrisia tão bem representada pelos antigos membros dum grupo que se tornou célebre exatamente pelas cambiantes feitas todas as vezes que havia mudança de situação.

Aos *firminos*, á *firminada* havemos de fazer sentir que ésta terra os conhece de sobejo, para que sejam tolerados como mandões ou simples instrumento dos que déles lançam mão para arranjos vários.

Arre! Vão intrujar, vão explorar para as profundas dos infernos.

---

ideia supinamente louca ou soberbamente concebida, mas horrivelmente barbara no plano e intuitos, tanto lança a desunião e a desgraça entre os povos, como incendeia uma cidade ou destroe uma aldeia.

Ao padre reaccionário, ao padre jesuita arde-lhe nas veias o sangue da ingratidão: hostilisa, como um mastim, a quem o aconselha para a prática do bem; guerreia furiosamente, com investidas de louco, todos os entes de quem tenha recebido os maiores beneficios e finalmente toca a raia do inconcebivel, *nêste genero*, não reconhecendo os proprios entes que lhe déram o sêr, renegando-os por completo quando ao entrar na *Companhia* abandona o seu nome proprio para adotar o nome de guerra com que o *Geral* o batisa!...

A ingratidão é horrivel, mas *êles* são assim, e a proposito, vou contar uma historia, uma historia verdadeira que revolta a consciencia e causa asco até ao mais desavergonhado patife que não seja jesuita.

Cérto padre, jesuita mais ferrenho que o proprio Loiola, logo ao sair da *fabrica*, ao subir ainda timidamente os degráus do altar, por tal fórma começou abraçan o o vicio, a prostituição, o erro, a insidia e a maldade, por tal fórma se havia na sua conduta social que, dentro em breve, aos ouvidos do bispo da sua diocese chegava a imprecação das vitimas daquêle presbitero, o clamor das muitas desgraçadas que a luxuria daquêle barregão atirára para o monturo do crime e do infortunio.

O bispo, apezar de ser tambem um padre afeiçoado á *Ordem*, era, todavia, daquêles homens a quem alguma cousa se desculpa, já pelo seu porte mais ou menos regular, mais cauteloso, pouco perigoso e mais sério, já porque, emfim, sendo inteligente, não dava largas aos seus subordinados para que afoutamente podéssem praticar toda a casta de crimes e patifarias. Em suma, o bispo tinha defeitos, mas defeitos que se perdoam á vista de outras qualidades de vulto apreciavel, taes como energia para castigar os que desenfredamente prevaricavam, inteligencia para lhes desvendar os misterios da sua contumaz lascivia e, finalmente, animo que, trazendo-os açaimados, os continha assim alguma cousa respeitosos não só no comer cerimonioso da carne, mas tambem no modo impetuoso dos seus processos de viver.

O bispo, como dizia, ouviu as queixas que aquêle povo lhe fez e, aconselhando-lhes socêgo e paciencia, prometeu-lhes que castigaria o padre, despedindo-os com uma benção apressada e retirando-se de sobrôlho franzido, o rosto numa expressão de quem concebeu uma ideia sobranceira, entrou assim no seu gabinête de trabalho pedindo ao secretario que lhe désse o *livro negro*.

Tomados que foram largos apontamentos, o bispo, concluindo a taréfa, fechou o livro, resmungando por entre dentes, esta frase mordaz: *cá te esperâmos meu menino!...*

(Continúa.)

Cuassapi

O automovel amarelo

Vimol-o ha dias, silencioso, atravessando a cidade, sem todavia soltar agudos sinaes da sua passagem como quando noutros tempos aí vinha conduzindo o seu *popularissimo* e *fidalgo* proprietario o mui nobre conde. Punham-se, então, os cabelos em pé do pobre e simpatico velhinho Antonio de Souza quando lhe ouvia os silvos, que serviam tambem de aviso para o chamamento dos aulicos, que de todos os feitios e caratéres constituiram a côrte do *principe* que, magestosa e enfatuadamente, estendia dois dêdos a cada—por muito favor!!!

Exação feita, é claro, á malandragem de *categoria* que oferecia jantares, batisava ruas e defendia s. ex.ª no *Pulha de Aveiro*.

Essa era escolhida...

Tempos, tempos *saudosos*, que foram e não voltam mais...

POLITICA LOCAL

A reunião de domingo no Centro Republicano

RESOLUÇÕES IMPORTANTES

Como fôra anunciado, efectuou-se no domingo á tarde no *Centro Escolar Republicano*, sito á rua do Cáes, a reunião convocáda pelo deputado dr. Marques da Costa e na qual se fizeram representar quasi todas, se não todas, as comissões politicas do concelho além dum grande numero de republicanos tanto da cidade como de fóra.

Aberta a sessão, a assembleia nomeou presidente o ilustre governador civil substituto do distrito, sr. dr. Joaquim de Mélo Freitas que por sua vez escolheu para secretários os cidadãos, dr. André dos Reis e Bernardo de Souza Torres.

Convidado o sr. dr. Marques da Costa a expôr os fins da reunião, expraiou-se s. ex.ª em largas considerações ácêrca do conflito havido entre o nosso director e o da *Liberdade*, conflito que motivou o alheamento da politica aveirense dêste cidadão e que se tornáva necessário solucionar afim de não dividir a familia republicana.

A seguir falou Arnaldo Ribeiro que deu categóricas explicações sobre o intuito que o tinha levado a escrever os *sueltos* que déram causa ao conflito tido com o deputado por êste circulo no dia 3 do corrente, defronte das alminhas do Côjo, e que a assembleia acolheu com satisfação por vêr o interesse que da sua parte havia em manter unido o velho partido republicano, que uma questão pessoal, entre dois dos seus membros, nunca póde pôr em cheque até ao ponto de se darem deserções.

Ainda sobre o mesmo assunto voltou a falar o sr. dr. Marques da Costa, seguindo-se-lhe os dr. André dos Reis, Bernardo Torres, dr. Alberto Ruéla e Elisio Feio apresentando diferentes alvitres, todos no sentido de se chegar a um acordo respeitante ao ingresso, de novo, na vida activa da politica local, do director da *Liberdade*.

Terminou o debate por uma proposta da presidencia para que na acta fôsse exarado um voto de louvor ao director do *Democrata*, Arnaldo Ribeiro, pela expontaneadade das suas declarações e desassombro com que, invocando a sua consciencia, combateu a errada interpretação dum dos *sueltos* publicados no *Democrata*. Por essa ocasião, a assembleia, de pé, faz-lhe uma carinhosa manifestação de apreço, que o nosso director agradece, sensibilisado, com um abraço ao dr. Marques da Costa, promotor da reunião.

Antes de se encerrar a sessão falaram ainda os cidadãos Antonio Maria Ferreira, José de Pinho, Paula Graça, Manuel de Souza Gouveia e Alfredo Lima Castro, que apresentaram diferentes alvitres, como mostra á acta que a seguir publicâmos, a pedido, sendo um para que todos os cidadãos presentes déssem a sua adesão ao Partido Republicano Português, o que motiva uma ruidosa manifestação ao Directorio e ao sr. dr. Afonso Costa, que é vivamente aclamado.

Esta proposta faz ainda com que volte a falar o nosso director que diz ter sido sempre um soldado fiel e disciplinado do partido republicano do qual nunca se afastou nem se afastará emquanto os seus dirigentes soubérem manter integros os principios do velho programa por que tanto combateu e se sacrificou nos tempos ominosos da monarquia. Que por isso nada tinha que se afirmar; mas se o intuito do proponente era provocar a integração de todos os presentes no partido do sr. dr. Afonso Costa, êle, orador, tinha obrigação de declarar que não se inscreveria como membro dêsse partido nem de nenhum outro, embora reconhecesse no sr. dr. Afonso Costa o homem politico que mais satisfaz as suas aspirações, como estadista e defensor acerrimo das regalias populares.

Além disso, motivos especiaes forçam-no, nêste momento, a alhear-se por compléto dos partidos para conservar a sua liberdade de acção no jornal que ha cinco anos vem dirigindo.

A meza regista as palavras de Arnaldo Ribeiro, depois do que levanta a sessão no meio de entusiasticos vivas á Republica, ao sr. dr. Afonso Costa, ao Directorio e outras entidades de destaque no partido republicano português, saindo todos os assistentes, ao cabo de tres horas e meia de discussão, devéras satisfeitos com o resultado dos trabalhos da assembleia, que, a nosso vêr, não podia ser melhor.

***

Segue a acta a que atraz nos reportâmos:

Aos desasete de novembro de mil novecentos e doze, nésta cidade de Aveiro, salas do *Centro Escolar Republicano*, sendo quinze horas, pelo cidadão dr. Antonio Maria da Cunha Marques da Costa, na qualidade de presidente da Comissão Municipal Politica dêste concelho, foi declarada aberta a sessão que, na referida qualidade, havia convocado, indicando para presidir aos trabalhos o cidadão governador civil, dr. Joaquim de Mélo Freitas que, tomando o seu logar, convidou para secretários os cidadãos Bernardo de Souza Torres e dr. André dos Reis, com os quais ficou composta a Meza da Assembleia. Em seguida, o digno presidente, como não houvésse acta lavrada da sessão anterior, convidou o cidadão dr. Marques da Costa a expôr á Assembleia qual o assunto da convocação, o que o mesmo cidadão fez e, depois de falar por algum tempo, apresentou em Meza a seguinte proposta, que em resumo contém o objecto de discussão pela Assembleia Geral, onde se achavam representadas todas as corporações politicas republicanas dêste concelho.

Recebida a proposta, procedeu-se á sua leitura, verificando-se ser o seguinte:

As Comissões Republicanas, o Grupo de Defêsa da Republica, *os socios do* Centro Escolar Republicano *e o Partido Republicano de todo o concelho de Aveiro, reunido no* Centro Escolar Republicano *para se tomar conhecimento da atitude do ilustre correligionário e deputado por êste circulo, Alberto Souto, decidindo afastar-se do Partido Republicano local, resolve:*

1.º—Manifestar ao ilustre deputado o aprêço em que são tidas, por todo o Partido, não só as suas belas qualidades de caráter, mas tambem os serviços relevantes que, em todos os tempos, tem prestado á causa da Patria e da Republica, desejando, por isso o Partido que s. ex.ª continúe cooperando com êle na obra democrática que todos se impuzéram levar a termo nêste concelho.

2.º—Louvar o Grupo de Defêsa da Republica *pela fórma honrosa como tentou solucionar o conflito havido entre aquêle deputado e o cidadão Arnaldo Ribeiro, diretor de* O Democrata, *procurando assim manter a unidade da familia republicana.*

3.º—Resolve mais que, de futuro, não se permitirão, sem sua intervenção imediata, discussões na imprensa entre correligionários, quando passem além dos limites que é licito atingir, quando se discutem ideias ou principios.

4.º—Saudar o Directório do Partido Republicano Português *suprêmo corpo dirigente do mesmo Partido e significar-lhe a honra que para a cidade de Aveiro representa a realisação, aqui, do próximo Congrésso do Partido.*

5.º—Convidar o ilustre estadtsta e grande patriota dr. Afonso Costa a visitar, o mais breve possivel, esta cidade e realisar uma conferencia.

Pede, em seguida, a palavra o cidadão Bernardo Torres para apresentar, como apresentou e fundamentou, a seguintes proposta:

1.ª—Considerando que uma polémica jornalistica suscitada entre os cidadãos Alberto Souto, diretor da Liberdade *e Arnaldo Ribeiro, diretor de* O Democrata *degenerou rapidamente numa questão pessoal; considerando que o* Grupo de Defêsa da Republica *interpretando o sentir de verdadeiros republicanos, empregou os maiores esforços para debelar esse conflito; considerando que o* Grupo de Defêsa da Republica, *intervindo nêste conflito, têve unica e simplesmente em mira fazer justiça ás duas partes e conservar unido o Partido Republicano histórico para bem da Patria e da Republica; considerando que a sua bôa vontade o não poude conseguir, como se prova por documentos, que tivéram larga publicidade, e que são do conhecimento de todos, o Partido Republicano do concelho de Aveiro, reunido em sessão magna no* Centro Escolar Republicano *dá a sua aprovação ao* Grupo de Defêsa da Republica *pelos esforços empregados no sentido de solucionar o dito incidente e, dando-o por terminado, passa á ordem do dia.*

Postas em discussão as referidas propostas tomam sobre élas a palavra os cidadãos Bernardo Torres, dr. André dos Reis, dr. Marques da Costa, Elisio Feio, dr. Alberto Ruela e Manuel da Paula Graça. O cidadão Elisio Feio propõe que á primeira proposta se aditem os nomes dos valiosos correligionários Rui da Cunha e Costa e Pompílio Souto Ratóla, convidando-se êstes tambem a voltarem a colaborar com o Partido, não levando por diante as suas deliberações de dêle se afastarem, como declararam, por solidariedade com o deputado Alberto Souto. Finda a discussão das referidas propostas, durante a qual todos os oradores foram unanimes em que élas mereciam a aprovação da Assembleia Geral, pelo cidadão presidente foram as referidas propostas postas á votação e aprovadas por unanimidade, sendo a materia constante dos numeros quatro e cinco da primeira proposta aprovada por aclamação entre entusiásticos vivas ao Diretório e ao dr. Afonso Costa. Nésta altura, o cidadão presidente, solicita um voto de louvor para o cidadão Arnaldo Ribeiro pela fórma corréta e desassombrada como declarou que ao escrever os artigos, que déram causa ao conflito, não tivéra intúito de ferir o cidadão Alberto Souto nos seus brios e honra de homem e de cidadão. O cidadão José de Pinho propõe um voto de louvor ao dr. Joaquim de Mélo Freitas e o cidadão Paula Graça faz igual proposta em relação ao cidadão Antonio Maria Beja da Silva, votos êstes que todos foram aprovados por unanimidade. Em seguida o cidadão Bernardo Torres propõe, o que foi aprovado, que todos os cidadãos presentes deem a sua adesão ao Partido Republicano Português. Nésta altura, o cidadão Arnaldo Ribeiro, pedindo a palavra, diz querer, por enquanto, manter-se independente de partidos, declaração ésta que a Assembleia registou. Por proposta do cidadão dr. Marques da Costa deliberou a Assembleia que a Meza ficasse encarregada de transmitir aos cidadãos Alberto Souto, Rui da Cunha e Costa e Pompílio Souto Ratóla as suas deliberações relativamente ao número um da primeira proposta. Pedindo a palavra, que lhe foi concedida, o cidadão Antonio Maria Ferreira propõe: Que se nomeie uma Comissão Executiva e dirigente do Partido Republicano local, o que depois de discutido e votado é aprovado por unanimidade. O cidadão Bernardo Torres propõe que se nomeiem para essa Comissão os cidadãos drs. Joaquim de Mélo Freitas, André dos Reis, Alberto Ruéla e o cidadão Alfredo Augusto Lima e Castro, o que é aprovado. Os cidadãos Arnaldo Ribeiro e Manuel de Souza Gouveia propõem respectivamente para fazerem tambem parte déssa Comissão os cidadãos Bernardo Torres e Antonio Maria Ferreira, o que é tambem aprovado, como aprovado foi igualmente que da Comissão referida fique tambem fazendo parte o cidadão administrador do concelho, Beja da Silva, proposto por aquêle outro cidadão Manuel de Souza Gouveia. Do que se lavrou esta acta que vai assinada pela Meza.

(aa) *Joaquim de Mélo Freitas*
Bernardo de Souza Torres
André dos Reis

Ha um pequeno erro no final désta acta que nos apressâmos a emendar. O sr. Arnaldo Ribeiro não propôs ninguem para fazer parte da Comissão em que néla se fala, mas sim lembrou nomes de republicanos que julgava nos casos de desempenharem a missão de que os incumbissem com todo o ardor da sua fé democratica. Nada mais.

DR. AFONSO COSTA

O "Democrata,, como homenagem ao glorioso vulto da democracia portuguêsa, que hoje tão bem incarna o espirito do velho partido republicano, publica o seu magistral discurso, proferido este mez em Santarem, por ocasião da visita á antiga e historica cidade, compenetrado de que, com a sua divulgação, presta egualmente um bom serviço á causa pública pelas verdades que nêle se encerram.

Venho a Santarem pela primeira vez depois que a Republica se proclamou—principiou o sr. dr. Afonso Costa—e é mesmo esta a primeira vez que venho aqui como politico. Sinto, por isso, que cumpro um imperioso e grâve dever usando da palavra com toda a sinceridade sem obedecer a sentimentos pessoais, visto que não estando ainda a sociedade portuguêsa a caminhar numa perfeita harmonia para o futuro, tenho de ser politico, não por oficio, mas por dever de português. A presença de tantos correligionarios vindos comigo expressamente de Lisboa, por espontanea e carinhosa iniciativa do Centro Democratico; a representação numerosa e tão significativa dos centros, agremiações, grupos,e entidades do distrito inteiro; e a atitude de entusiastico aplauso, generosamente assumida desde o primeiro anuncio da minha visita a esta béla cidade tão honrosamente notavel na historia patria, pelos seus habitantes e pelos seus hospepes: obrigam-me a usar aqui da palavra, ainda que não seja senão dara vos endereçar os meus agradecimentos calorosos e sincéros, e para corresponder ao vossso apoio e á vossa fé na obra, em que todos andamos empenhados, de consolidar e fazer prosperar a nossa querida Republica! E acentua-se e torna-se de delicada execução este dever, por estarmos na vespera da reabertura do parlamento.

Nem desalento nem otimismo! E' preciso confiar e lutar!

Uma das grandes virtudes da Republica, exercida já antes da sua proclamação pelos que a defendiam e propagavam—foi o regresso do país á *vida politica*—no bom sentido da palavra. Hoje, como desde a crise de 1890, e hoje, felizmente, muito mais do que então, como ámanhã mais do que hoje, todo o cidadão português está anciosamente á espéra de saber por modo seguro e insuspeito o que se passa na superior administração do Estado. No seu zelo, alguns, mais impacientes, chegam a queixar-se de que a Republica não tenha ainda cumprido todos os seus anceios de aperfeiçoamento, como se semelhante obra fosse susceptivel de instantanea realisação. Outros apontam sincéramente os defeitos que julgam ainda existir no funcionamento das novas instituições, para promover que se lhes dê remedio. E todos são aproveitados, com deturpação do seu pensamento, para a propaganda deletéria dos poucos mas rancorosos defensores das instituições subvertidas...

Ponhâmos um dique a esses desalentos. Por muito amarmos a Republica não temos o direito de a prejudicar. Éla aí está bem viva e já fórte, capaz de caminhar e frutificar. Não a empurrêmos, embora sob o desejo de que éla ande mais depressa. Os povos não dão saltos milagrosos. O que precisam, e isso fêl-o para Portugal a Revolução, é ser carriládos na estrada plana e sem desvios da administração honesta, bem intencionada. O resto virá pouco a pouco, e a nossa geração já poderá tombar feliz na sepultura da Historia se simplesmente deixar assegurada esta marcha da nossa querida Republica para melhores destinos...

Quer isto dizer que cruzêmos os braços deixando correr tudo ao abandono, porque tudo seguirá a melhor trajétoria? Pelo contrario, precisâmos de intervir, e cada vez mais intima e seguidamente. Será a condição da bôa marcha da Republica. Como? Pela vida democratica, isto é, pela organisação das forças republicanas por toda a parte. A nossa função é agora mais grâve e dificil do que nunca. Só nós podêmos servir de garantia ao povo, que fez a Republica sobre a base de um programa de que esse programa, se executará sucessivamente, dando-se a realisação mais rapida possivel á parte dêle que, pela sua integração na consciencia colétiva, era exequivel desde a primeira hora da proclamação da Republica. Só nós podêmos defender dos multiplos ataques da reacção—a de dentro e a de fóra de fronteiras—o esforço já realisado e as conquistas já feitas:—a Republica como fórma politica definitiva do govêrno do Povo e não como disfarce govêrno de uma classe ou de uma casta, ainda que seja a dos politicos—e as leis republicanas que lhe deram a feição propria no campo das ideias essenciais ao progresso humano.

Só nós, finalmente, podêmos inspirar confiança na solução dos multiplos problêmas que inquietam e alanceiam a alma nacional, por termos dado provas de uma disciplinada obediencia aos principios e de um amor da Patria tão sublimado e ardente que até nos tem levado a sacrificar-lhe os nossos mais legitimos melindres partidarios e pessoais!

Defendâmos a Republica e as leis de libertação!

Se as influencias monarquicas transitassem para a Republica com todas as suas situações e com todos os seus votos, a Republica só ficaria com o nome, porque no resto sería a continuação da monarquia. Pois isto tentou fazer-se e de tal modo que houve quem chegasse a pedir perdão para os salteadores que nos invadiram! Mas a tibieza e desorientação dos grupos que procuram o seu apoio em bases imorais foi mais longe porque tendo-se dado um movimento de opinião que obrigou o govêrno a tomar medidas enérgicas e salutares, como a instituição dos tribunais militares, que teem prestado admiraveis serviços, começam de novo a ouvir-se vozes pedindo piedade e compaixão com a mesma sentimentalidade doentía e suspeitamente complacente com que se opuzeram á criação das multas como indemnização para o Estado e eficaz castigo para os que alimentassem a conspiração. E' preciso defendermo-nos, portanto, com unhas e dentes, contra os impetos dos adversarios e contra a fraqueza quasi criminosa de muitos republicanos. E na vespera da abertura do parlamento, desafia quem quer que seja a que se atreva a arrancar uma extemporanea amnistia ao povo português!

Continuâmos a viver um pouco sob a pressão do passado, e é urgente que acordêmos para a vida real, defendendo a nossa Republica e as leis que lhe dão caracter—leis que pertencem ao país e não a um partido ou a um homem. E' por essa razão, que êle, orador, não tem o mais pequeno melindre em defender aquélas que teve a honra de assinar pela pasta da justiça, da campanha jesuitica que tem feito contra élas os adversarios, dizendo que não querem deitál-as abaixo, mas apenas modificál-as—os grandes sabios!—e acertál-as a fim de que fiquem ainda mais energicas e mais avançadas. O que êles queriam afinal, esses grandes politicos, grandes filosofos e sociologos, era dar liberdade aos clericaie, deixar restaurar o dominio dos jesuitas; mas as suas palavras não encontraram éco no país, e a prova está em que passaram dois anos e essas leis estão a executar-se serenamente, sentindo cada qual que ha enfim em Portugal plena liberdade de consciencia—para os catolicos, como para os que o não são! Mas o proposito dos adversarios das leis de libertação, não era bom. Senão veja-se se porventura os taes criticos, os taes sabios, se importaram com os aperfeiçoamentos das leis da familia, onde êle, ministro, pôz um pedaço do seu coração! Não. Êles só se importaram, exatamente como os reaccionarios, com a lei da separação, porque a não queriam melhorar, mas inutilizar. E os reaccionarios, á falta de argumentos insuspeitos, até lhe atribuiram a intenção de querer acabar mediante essa lei com o catolicismo em Portugal dentro de duas ou tres gerações! A verdade não é que a lei faça mal ao catolicismo, mas que este vivia antes déla em Portugal uma vida artificial e parasitaria. A verdade não é que a Republica queira mal a uma ou outra religião, mas que o catolicismo está decadente em toda a parte e sobretudo na velha Europa por culpa dos seus maus servidores; e já em 1895, no seu livro *A egreja e a questão social*, êle, orador, o acentuou, mostrando como fôra a propria egreja que determinára a sua ruina com a definição do dogma da infalibilidade do papa; com o desafio de guerra implacavel e sinistro, do *Silabus* á sciencia, á civilisação e ao progresso, e com e transformação do primitivo federalismo cristão numa concentração autocratica de todos os poderes.

A lei da separação, em vez de ferir a religião, ao contrario veiu permitir á egreja católica viver tranquila, longe de todas as agitações politicas, procurando resurgir pura e respeitavel pela fé e pela bondade dos seus sacerdotes, se tal fôsse possivel. Vê-se, portanto, que as leis do govêrno provisorio, a que ligou o seu nome e, póde dizel-o, a sua propria vida, longe de serem violentas e irreflectidas como se chegou a afirmar, contribuiram para a defêsa da Republica e para a estabilidade do país, arredando da sua vida interna os embaraços que os clericais e os jesuitas, tendo acorrentada e subordinada a egreja, tanto tempo espalharam em volta de si. Essas leis devem ficar, porque são uteis e necessarias, e se houver quem sincéramente as queira e saiba melhorar dento do mesmo espirito, que esse benemérito seja bemvindo! A Republica só terá a lucrar por isso

Solucionêmos os problêmas urgentes! A aliança e a guerra

Falta, porém, realisar uma parte muito importante do programa partidario: resolver os grandes problêmas sociais por meio de formulas práticas e de rapida aplicação, em harmonia com as exigencias e recursos do país.

Já no tempo da monarquia o partido republicano formulava as mesmas reclamações, e tanto assim, que êle, orador, teve ocasião de apresentar ao ministro Ferreira do Amaral, em nome do Directorio do Partido, uma platafórma politica, estabelecendo patrioticamente as tréguas revolucionárias do Partido Republicano em troca da decretação ou restabelecimento imediato das seguintes medidas: definição dos nossos direitos e deveres, resultantes da aliança com a Inglaterra; restabeleoimento das liberdades já concedidas pela monarquia nas leis de Pombal, Aguiar, Barjona, Sampaio, etc.: equilibrio orçamental e administração honrada, suscétivel de fiscalisação permanente e eficaz por parte do povo.

O sr. Ferreira do Amaral, um verdadeiro homem de bem, que escrevera já um livro mostrando que perto de 200:000 contos dos emprestimos feitos no estrangeiro tinham ficado no caminho, ou desaparecido por fórma que podiam considerar-se roubados, não teve possibilidade de aceitar, como queria, esta platafórma honrada, inspirada no mais puro patriotismo, e cêdo perdeu as ultimas ilusões reconhecendo que não eccontrava apoio nos cortezãos para realizar uma obra honesta. Pouco depois declarava êle na câmara que se retiráva do poder cheio de desalento, mas que não esquecessem que tinha em sua casa uma espada, que não duvidaria desembainhar para combater a reacção clerical! Esta prova suprema a que foi submetido o regimen dos adeantamentos, que se queria enfeitar com as auras da irresponsabilidade, não contribuiu pouco para a sua quéda e demonstrou bem que o caminho honrado, que o Partido Republicano desafiava a monarquia a seguir, não podia por êle ser aceito.

Entretanto, a dois anos de Republica—triste é dizel-o!—nós não realizámos ainda todo esse programa. Nêste momento, em que vae talvez dar-se uma conflagração europeia, estalar a guerra mais aniquiladora que se tem dado no mundo, nós não sabemos ainda qual terá de ser o nosso papel, porque não está definida verdadeiramente a naturêsa, a extensão, os efeitos da nossa aliança com a Inglaterra. As grandes potencias preparam-se para a luta e, seja qual fôr o fim déssa guerra monstruosa, que parece eminente, não podemos prever, não queremos nem devemos simplesmente pensar no que poderá suceder-nos quando se tratar da paz final... Qualquer que deva ser a atitude do nosso país, urge definil-a sem demoras para que não tenhâmos dolorosas, horriveis surprezas, continuando-se e conduzindo-se para isso a obra patriotica iniciada desde a primeira hora da Republica pelo sr. dr. Bernardino Machado e proseguida pelo sr. Augusto de Vasconcélos.

A restauração financeira depende do equilibrio do orçamento

O momento é decisivo e precisamos de todas as nossas energías, é necessario lembrar a todos os homens de bem que acompanhem o Partido Republicano. Se não fôr a situação internacional que nos colóque de um momento para o outro numa crise dificil, podemos ser atirados para éla pela nossa situação financeira. O que presentemente mais preocupa as chancelarías na questão dos Balkans, é, depois da cubiçada *aquisição* de territorios nem sequer conquistados pela força das armas, a salvação dos capitais estrangeiros que nos diferentes Estados do Oriente se encontram colocados. A divida da Turquia eleva-se a mais de 600:000 contos, de que são crédores a França, Inglaterra, Austria e Alemanha. O caminho de ferro do Oriente é quasi propriedade exclusiva dos alemães; a linha de Salonica é dos francêses; o Banco Otomano é anglo-francês, e o Banco Nacional—o *Nacional!*—é inglês, o Banco de Salonica é francês e todas as outras casas bancarias são filiais dos grandes potentados alemães e austriacos, o Deutsch Bank, o Wiener Bankverein e o Dresdner Bank... Não ha na Turquia vida financeira que não seja dependente de estrangeiros. Mesmo os estados Balkanicos devem á Austria, Holanda, Belgica, França e Inglaterra: a Bulgaría, 20:000 contos; a Servia, 140:000 e a Grecia outros 140:000, numeros redondos. Tudo isto dificulta hoje a solução dos problêmas suscitados pela guerra do Oriente, e constitue, sem duvida, um cruel mas impressivo aviso aos homens de Estado na nossa Republica...

Urge, pois, restabelecer as nossas finanças, criando receitas e fazendo economias, acabando com organismos parasitarios que estão vivendo uma vida rica dentro do Estado pobre. O equilibrio orçamental tem de fazer-se forçosamente. O *deficit* do primeiro orçamento, chamou-se de revolução, e só com isso se pretendeu desculpá-lo; ao segundo só se póde chamar o *deficit* da incapacidade; e o terceiro só se admitiria como dolorosa demonstração de que não temos energia moral e colétiva.

Vamos pedir á nação que ajude e, sendo preciso, obrigue o govêrno e o parlamento a fazer desde já o que alguns entendem que só será possivel daqui a 3 ou 4 anos, isto é, o rigoroso e honesto e verdadeiro equilibrio orçamental. Governe-se parcamente, não se criem, antes se suprimam os empregos e as pensões que dão a impressão de viver o país num mar de rosas; limpe-se a administração superior; faça-se uma revisão profunda e moralisadora dos contratos de natureza financeira, que são ruinosos ou pouco compensadores; vá-se buscar dinheiro onde o houver, e faça-se economia onde não houver receita, e com esta honradês e esta energica força de vontade, o orçamento ficará equilibrado, o credito público subirá desde logo, a maior parte das nossas dificuldades desaparecerá por encanto, ficarão emfim definitivamente sem ponto de apoio todas as campanhas no estrangeiro seguidas tenazmente contra a nossa dignidade de nação livre-numa palavra, o país ressurgirá em pouco tempo. No parlamento pedirá aos seus camaradas que, em vez de aumentarem em 2:830 contos as despezas do orçamento, como no ano anterior, só se separem quando puderem entregar ao poder executivo o orçamento para 1913-14 perfeitamente equilibrado.

Outros problêmas urgentes: defêsa nacional, educação, administração

Ao mesmo tempo, é preciso cuidar da defêsa nacional, maritima e terrestre, com os olhos postos no que vae sucedendo pela casa alheia, e sempre lembrados da má vontade que despertou na Europa monarquica a nossa ousadia de termos proclamado e realizado uma Republica anti-clerical e avançada! Cuidêmos tambem, e desde já, da instrução e da educação do povo. No proprio dia em que se proclamou a Republica, disse êle, orador, para o *Times* que o govêrno provisorio ia espalhar largamente pelo país a instrução afim de obter uma cura rapida do cancro do analfabetismo. Afinal decorreram dois anos e a instrucão está peor, porque apenas se fizeram reformas da instrução superior com que o país não póde, e ainda assim fragmentárias, desordenadas, sem obedecer a um plano inteligentemente estudado de harmonia com as necessidades do país e com o seu futuro. Ainda nem sequer se pagou a esta primaria necessidade do povo português a divida sagrada de lhe dar um ministerio especial, em que possa fechar-se a porta a toda a politiquice. Fez-se tambem uma refórma do ensino tecnico, mas parece que só serviu para criar logares rendosissimos a professores privilegiados, e que só poderá preparar, num longinquo futuro, alunos que exerçam a sua actividade pedindo logares públicos desde o 3.° ou 4.° ano.

Urge tambem sanear a administração pública, modificar os procéssos de administração local. Não é apenas com homens honrados que se governa; é preciso preparar as instituições locais para a vida nova e orientar num sentido progressivo a administração superior, tanto continental como ultramarina, confiando-a a homens que não sejam apenas honrados e sabedores, mas que tenham tambem o amor já bem comprovado dos principios republicanos. Se assim não fôsse, se não conviesse exigir condições de ordem politica aos funcionarios superiores dos ministerios, govêrnos civis, govêrnos gerais, etc., por maioria de razão, poderiam ter ficado nos seus logares, depois de feita a Republica, os srs. Anselmo de Andrade, Manuel Fratel e Marnoco e Sousa, homens honrados e espiritos liberais, que realisaram ou propuzeram dentro da monarquia algumas medidas que ainda hoje pódem ser executadas com vantagem para o país e prestigio para a Republica.

Cuidêmos amorosamente da nossa agricultura

E' preciso tambem não fazer politica partidaria na administração local, e encontrar em sevéras penalidades da lei eleitoral um modo pratico, *á inglêsa,* de acabar por completo com o cacique. Depois e a par disto é tambem urgente lançar olhos de vêr para um importantissimo capitulo—o fomento da economia nacional. Muitos dos problêmas da economia portuguêsa dependem da resolução da questão financeira, como sejam as grandes obras, as rêdes de caminhos de ferro a irrigação do Alemtejo e outros que reclamam dinheiro que não possuimos; mas alguns são de facil e imediata resolução pela simples intervenção do Estado. Póde perfeitamente evitar-se a deserção e o abandono dos campos, comquanto a emigração não seja tão assustadora como a pinta tendenciosamente um escritor da especialidade que foi um vago ministro da monarquia. A nossa emigração foi de 50:000 homens no ultimo semestre? Talvez; mas dos Estados Unidos, por exemplo, só no mez de maio e só para o Canadá emigraram para cima de 21:000 trabalhadores, arrastando cada um, além do seu valor economico como *homem*, um capital em numerario ou em instrumentos de trabalho de cêrca de 1:000 dolares! De resto o abandono dos campos dá-se por toda a parte, mesmo nos países reputados mais prosperos da velha Europa. A França tem-se visto tambem a braços com o urbanismo, apesar de não se ter poupado a esforços e sacrificios para defender e fazer prosperar a sua riqueza agricola, habilitando o proprietario a melhorar as suas culturas, alargando o crédito agricola, estabelecendo leis sociais em favor do operario dos campos, etc. Nos outros países a acumulação nas cidades tem-se combatido com maior ou menor exito, proibindo os incultos, facilitando meios á agricultura para produzir e obrigando mesmo os proprietarios a não deixarem inutil ou menos util o que possuem desde que lhes são fornecidos elementos de trabalho.

Entre nós precisâmos fomentar o progresso á terra, melhorando o crédito agricola que só existe, por assim dizer, no nome se o comparármos com o que está estabelecido na França, Italia e Alemanha, e com o que sucéde na Belgica e na Dinamarca. Muito se póde fazer nêste sentido sem que o Estado dispenda dinheiro. O que é urgente espalhar nos campos, em vez do ouro que não temos, é uma oportuna e feliz intervenção do Estado, que alargue e facilite as iniciativas individuais, com proveito dos interessados na agricultura—o operario, o rendeiro e o proprietario—e com vantagem da nação. Não temos ouro, mas temos trabalho, que vale o mesmo. E o orador desenvolveu as teorias novas da sciencia agricola, referiu-se aos congressos internacionais de agricultura, encarecendo o que vae realisar-se no ano proximo em Gand, Belgica, por ocasião da exposição universal, e preconisou a adopção de *leis sociais*, que melhorem rapidamente a situação da nossa mais importante actividade economica.

Só o Partido Republicano póde realizar urgentemente esta grande obra

Tal é o quadro das nossas responsabilidades. Élas são grâves, mas são tambem honrosas. E se nos é possivel assumí-las sem grande receio, é porque nós constituimos um forte partido, a unica parte viva do organismo colétivo, desde ha muitos anos: desde o Centenario de Camões; desde o protésto contra o *ultimatum* que teve a sua expressão sangrenta, mas sublimada, da tentativa heroica de 31 de janeiro de 91 no Porto; desde a luta desesperada contra o torvo despotismo de um regimen sem dignidade, definida na magnifica organisação revolucionária do 28 de janeiro e na execução nacional do 1.° de fevereiro (acto excécionalissimo, sintese da cólera e da dignidade de um grande povo, de que poucos ousam ainda hoje falar, que alguns já tristemente repeliram, mas que foi, decérto, o que reuniu maior numero de adesões espontaneas emquanto todos deixaram falar sómente as suas consciencias);—desde todos esses e tantos outros

acontecimentos, até o 5 de outubro, pagina formosa e inegualavel da historia da humanidade! E' porque formâmos, repete, um partido que póde chamar-se *nacional*, que essa missão nos cabe e essa missão realisarêmos.

Hoje—já todos o vêem—o velho partido republicano é o unico, merecedor do nome de partido que a Republica tem ao seu serviço. Mesmo alguns daquêles que, conhecendo bem os organismos individuais, não tinham nunca estudado de perto a sciencia das sociedades, os seus fenomenos de toda a ordem, desde os economicos aos juridicos, as leis que os regem, os principios a que se subordinam, mesmo esses, que julgaram poder improvisar partidos como quem funda clubs de provincia, só para passar o tempo ou para assumir infelizes e perigosas *chefaturas*, mesmo esses sentem já hoje, embora o não confessem, que valeu a pena, a bem da nossa querida Republica, que todos ajudámos a construir, não deixar esboroar um organismo cheio de tradições com o prestigio de ter já feito tanto pela nação, e com uma estrutura democratica, que se contrapunha á misturada de grupelhos em que se debatêra a monarquia no seu ultimo ciclo e em que a Republica não devia deixar-se caír, sob pena de morrer á nascença, ao menos como sistêma social util! E então, entre os seus supostos partidarios, simples amigos ou conhecidos pessoais, quantos não estão intimamente apoiando a obra meritoria do partido republicano, a sua isenção, o seu espirito de sacrificio, a sua fé ardente no futuro da Patria! Se pudéssem falar alto como falam baixo! Se disséssem perante o público o que segredam aos amigos! Não, o equivoco em que vivêmos não póde subsistir. Sería duvidar do patriotismo com que esses homens, hoje transviados, outr'ora se fizeram grandes ao serviço do povo, que para êles agora de novo apéla. Não se trata de alianças, nem de aproximações, nem de pactos, nem de blócos. Tudo isso é falho de grandêza e entorpéce mortiferamente os movimentos de quem tem ideias, planos, força de vontade, espirito de sacrificio.

Cumpram todos os republicanos o dever patriotico de voltar para onde estavam em 5 de outubro, e a Republica caminhará!

O que o povo quer e tem reclamado, principalmente por ocasião das crises ministeriaes anterioris, é a reintegração de todos os antigos combatentes no velho partido republicano, sob a égide do seu Directorio, para defêsa, continuação e conclusão da obra comum. E esse facto, que será o mais importante da Historia da nossa Republica depois do 5 de outubro, produzir-se-á sem sobresaltos nem combinações, á luz do dia, em plenas camaras, ou em congresso extraordinario destinádo a esse grandioso fim, ou perante o povo, reunido em comicio; e ninguem ficará diminuido, antes todos se sentirão emfim grandes e fortes pelo amoroso aplauso de todos os bons portuguêses sem excéção, do norte ao sul do país e até nas mais longinquas das nossas colonias...

Não creiam—exclama—que eu esteja sonhando. A previsão que hoje aqui faço realizar-se-á em bréve. E' um facto necessario á vida da Republica, e portanto ninguem o impedirá. Ficarão alguns dos antigos combatentes para traz, forçados a continuar errando para fingirem que tinham razão? Não sei. Oxalá que não. Mas ainda que se registem, como outr'ora diversas vezes sucedeu no nosso partido, algumas retiradas do campo em que estamos lutando em beneficio da Patria, nem por isso o facto colossal que eu venho hoje aqui anunciar-vos deixará de produzir num proximo futuro, pelo menos relativamente aos elementos divergentes que teem melhores e mais vivas tradições de republicanismo, ou que se encontram mais directamente em contacto com o Povo.

No nosso partido houve sempre dissidentes, para não falar, porque sería aproximação ofensiva, nos que até nos atraiçoaram. Houve dissidentes e houve até esboços de organisações partidarias divergentes como o partido radical em 1892, o partido federal em 1889, etc. Houve republicanos que trabalhavam pouco ou nada. Houve-os que trabalhavam mal. Houve quem só soubesse exercer uma função critica por vezes bem injusta e até desalentadora. E todavia o partido seguiu sempre a sua marcha, forte com o seu corpo de doutrinas e a sua finalidade, de que ainda não realisou senão uma parte. O mesmo sucederá agora.

Como estamos, emfim, chegados á hora das realisações dificeis—as que respeitam á nossa situação perante as potencias, ás finanças, á economia, á instrução, á defêsa nacional e á administração geral, local e colonial—a reintegração do unico partido existente de todos os que quizerem lealmente contribuir para essa obra será necessariamente um facto. Se o não fizessem, cometeriam para com a Republica uma falta gráve, de que a Historia os não poderia absolver, e não corresponderiam á aspiração geral do país.

Basta notar com que anciedade se grita *nada de politica!* para se perceber que a nação só aceita uma politica nacional, e não toléra, até por uma razão ou intuito de defêsa, a testilha de grupos e grupelhos, chamada impropriamente politica, mas que é apenas politiquice! A unica esperança dos inimigos é a dispersão do Partido Republicano. Vae-se abrir o parlamento. A' primeira dificuldade que surja na vida da nação, á primeira crise ministerial, ao primeiro embate entre o poder executivo e as camaras, de todos os peitos, do fundo das aldeias, como do centro das cidades, saírá um só grito:

—Voltem todos para onde estavam quando fizeram a Republica! E só mais tarde, quando tiverem completado a obra comum de realisação imediata, e aparecerem correntes diversas de ideias e principios, que impulsionem em sentidos divergentes a obra complementar, que só evolutiva e sucessivamente se irá realisando, só então poderão separar-se para lutarem no campo nobre das doutrinas, unico em que pódem defrontar-se antigos companheiros de patrioticos combates em favor da mesma causa! Se assim suceder, como é de esperar, devido á força da opinião republicana, á vontade decidida do povo, ás exigencias da consciencia e do patriotismo de todos—estará consolidada e em pleua actividade progressiva a nossa querida Republica e abrir-se-á para éla um futuro brilhante!

Consorcio

Deve efectuar-se no proximo domingo o casamento do nosso amigo sr. João Maria Pereira Felix com a menina Libania Rodrigues Nogueira, do logar de Taboeira, filha do proprietario José Domingos Carvalhal do mesmo logar.

O MIJARÊTA

Deve talvez ainda demorar-se alguns dias a chegada do nosso *heroe* a esta cidade.

Origína esse *sensivel* atrazo a necessidade dos seus serviços e cuidados junto da cabeceira do leito onde jaz o *nobre* conde de Agueda, em convalescença duma operação cirurgica a que foi submetido, em Salamanca.

Esta prova de dedicação é mais que justa e quem sabe até, se *necessária*, atendendo á psicologia dos... dois.

Mais nos informam que muito os surpreendeu a noticia da expulsão de França do amigo e socio Cristo, com quem, horas antes, ao despedirem-se, êle de novo lhes afirmára que *—do coração da Republica Francêsa haveria de metralhar a infamissima bandalheira republicana de Portugal!*

Francamente, é caso para surpreza...

Aveiro, levanta-te!

Cidade de Aveiro, patria de José Estevam, terra por tantos titulos nobre e liberal, acorda!

Que onda de corrução é essa que tenta erguer-se, avolumar e impôr-se dentro dos teus muros?

E' tempo de te levantares, de sacudires a indiferença e, num movimento altivo de protésto, fazeres calar a voz de aquêles que, impuros, tentam denegrir a tua fronte!

A velha sinagóga da Véra-Cruz, de alma deformada e tôrpe, vive aí ainda, incarnada nos seus descendentes e tenta de novo lançar raizes, estender os braços, dominar. Não consintas que esse cancro, meio secular, quasi extinto hoje, se revigore e venha, predominando, mostrar-te á face dos estranhos, como uma terra degenerada e maldita, indigna das tuas tradições de honestidade e civismo!

Honra a memoria dos teus filhos ilustres e grita a essa gente: **Para traz, viciosos! Para traz defensores do crime, da burla, da escroquerie e do lôgro!**

Aveiro! Tu que nunca pactuas-te com éla, tu que sempre os despresaste, tu que sempre evitaste o seu contacto viscoso e reptiliano, dize aos teu filhos que se unam numa só vontade para esmagar a devassidão que tenta renascer e desonrar-te!

Operarios, filhos do trabalho honesto e persistente: hoje que temos uma Patria nova que tenta regenerar os velhos costumes pervertidos e dissolutos e retemperar o caracter nacional, não consintaes que na vossa e nossa terra a devassidão e o crime cresçam impunes, aviltandonos aos olhos estranhos!

Hoje que a lei é egual para todos, clamêmos pelo castigo rigoroso a todos os criminosos e não permitâmos que, com um descaramento repugnante, esses viciosos tripudiem, rindo sobre a Verdade e a Justiça!

* * *

Nós que á causa da Republica e ao renascimento nacional temos dado o melhor dos nossos esforços, ha muito que reclamâmos aqui, vibrantemente, o castigo dum tráfico imundo exercido desde longa data e agora mesmo na vigencia da Republica, pelo medico Manuel Pereira da Cruz. E, se assim procedemos, é porque assim o exige a honra, a dignidade, o prestigio do novo regimen. Nada mais.

Precisâmos de sanear este meio social que a monarquia nos legou eivado de vicios. Precisâmos de castigar os criminosos para exemplo, para morigerar.

Pois, porque pedimos o castigo dum crime repugnante praticado por um homem que tem obrigação de ser ilustrado e, portanto, é inteiramente responsavel, um jornaléco que para aí arrasta uma vida baixa e réles, sem cotação moral e pertencente a parentes do incriminado, veio, amparado a outra folha que se diz republicana, tentar vilipendiar-nos!

Nada conseguiu, nem consegue, o miseravel!

A verdade é a verdade e nós havemos mostral-a, clara e perfeita, como a luz, na praça pública ou no tribunal.

Folheando a colecção da gazeta do Côjo, nós vêmos que esse papel teve sempre a guial-o a incoerencia, o interesse mesquinho de facção e o ataque pessoal, vingativo e tôrpe.

Frente a frente a gente da Vera-Cruz foi sempre a personificação da cobardia e os seus representantes de hoje, conservam essa mesma *virtude*. Pelas costas, do antro onde se alaparda, é que procura, com os dentes pôdres, ferir o adversario. Encarada de frente, conturva-se-lhe o olhar e foge transida de mêdo, como agora o fez, apelando para o tribunal.

Hipocrita por feitio e por calculo, tem explorado, atravez de todos os tempos, esse modo de ser, com largo proveito.

Reaccionários, o ultramontanismo tem sido largamente cantado no orgão da casa: comemorações da semana santa com retratos de varios santos, elogios afectuosos de varia especie, sempre para captar simpatias e o favorsinho da assinatura. O snr. Bispo Conde, então, tem sido ali elogiado até ao ponto de rebuçado e a sua figura, avantajada e grossa, tem ilustrado, por diferentes vezes, a primeira pagina do campeão da desvergonha.

Função educadora, uma a desempenhou. Póde chamar-se função *educadora* a essa versatilidade de opinião, que fluctua com os seus interesses elogiando hoje o que hontem condenáva, condenando hoje o que ontem sublimadamente cantou?

Provas? Inumeras. Recentes os ataque a José Luciano de Castro; ao Conde de Agueda, a quem o *Camaleão* chamou *invertido;* a Alvaro de Moura, a quem apontou interesses inconfessaveis na gerencia camarária; a Gustavo Ferreira Pinto, a quem quiz apontar como pessoa menos honesta dentro do municipio aveirense, etc., etc.

Atacou-os por um espirito nobre de justiça, zelando o bem, o interesse publico? Não. Fel-o simplesmente por vingança pessoal, por interesse proprio. Isto dentro da monarquia de quem era um defensor *convicto, aguerrido* e um protegido.

Vindo para a Republica o *Camaleão*, para não deslustrar o seu passado, mudou de cara bruscamente e veio, de braços abertos, *sincéramente e desinteressadamente*, jura, para aquêles a quem na vespera apedrejou agarotadamente com os epitetos mais afrontosos. Está aí, fresca, na alma de todos os bons republicanos, a maneira grosseira e vil como recebeu os excurcionistas da cidade do Porto na visita á nossa terra. Nós, os *papoilinhas* de então, não esquecemos ainda e temos aqui sobre a nossa meza de trabalho, esses numeros da nojenta papelêta em que o apôdo menos afrontoso que sobre aquêles nossos hospedes vomitou, foi o de *bebedos!*

O caluniador incorrigivel! O dr. Afonso Costa, agora, é o santo da casa, que lhe acende lamparina com toda a devoção.

Mas Afonso Costa é, hoje, o mesmo homem, com a mesma envergadura intelectual e moral, do tempo em que um *pasquim*, tambem de Aveiro, lhe chamou os maiores impropérios dirigindo-lhe as afrontas mais infamantes. Pois este *Camaleão* de má raça não têve uma palavra de protésto, néssa altura, para desagravar o nome dum dos vultos principaes da democracia portuguêsa, um patriota ilustre, um português de civismo inexcidivel, porque a monarquia dominava e era quem dava.

Agora é o que se vê. Como o vento do podêr é outro já o *Camaleão* anda num rodopio e rompe a incensar, a bajular aquéle a quem ontem deixou ignominiosamente insultar por um conterraneo, na mesma terra em que se publíca e nas mãos dos mesmos redactores!

Só o bispo era tudo!...

Inacreditavel! Que impudor! Que falta de brio e de vergonha—ó *Camaleão*!—fazedor inemitavel do minuetismo politico!...

Indecente!

E é quando nós trabalhâmos pelo resurgimento nacional, pela regeneração de costumes dêste povo e, assim, tivémos de fazer uma campanha de moralidade ao termos conhecimento dum tráfico imundo que aí praticáva o medico miliciano Manuel Pereira da Cruz, que essa nogenta *coisa* nos sáe ao caminho, não para pedir o castigo do homem que prevaricou, mas para nos insultar.

E se isso fôsse tudo... Para nos ameaçar ainda com os tribunaes.

Pois venha o tribunal.

E' isso que nós queremos, é isso porque, ultimamente, temos clamado.

Lá nos apresentarêmos de viseira erguida para mostrar ao publico um homem sujo coberto pela lama suja das suas burlas.

Praça de touros

Dizem-nos ser ponto assente a construção duma nova praça de touros em Aveiro para o que já foi adquirido o indispensavel terreno nas proximidades da estrada do americano.

O sr. Antonio Ratóla é um dos maiores influentes no sentido de fazer vingar a ideia.

Necrología

Na avançada edade de 99 anos cada um, faleceram no principio da semana, nésta cidade, o sr. José Ferreira da Cunha, governador civil aposentado e a sr.ª D. Maria Melicio, que até ao derradeiro momento oonservaram toda a lucidez do seu espirito.

A's familias enlutodas, os nossos pêsames.

Ainda o caso Pereira da Cruz

O nosso colléga *Povo de Agueda*, no seu numero de domingo passado, escreve:

«Como os leitores devem estar lembrados, aqui dissémos que o *Democrata* tinha publicado gravissimos documentos contra o medico miliciano Pereira da Cruz, acusando-o de isentar recrutas do serviço militar a 50$000 reis por cabeça. Aqui prometemos tambem não nos referirmos ao caso sem as autoridades militares se pronunciarem. E já que agora se pronunciáram e de tal maneira que não podemos calar o nosso protesto, no proximo numero o *Povo de Águeda* dirá aos seus leitores alguma coisa da sua justiça.

Que magua e tristeza imensa nós não sentimos por termos de tocar em tão escabroso assunto. Mas falseariamos a nossa missão de jornalista se não o fizessemos.

E é por isso que o vamos fazer.»

Escusado será dizer que aguardâmos com o maior interesse o *Povo de Agueda* de depois de ámanhã.

O *Povo de Agueda* é um jornal do distrito, e por isso as suas palavras muito hão-de contribuir para que, tendo délas conhecimento a opinião pública, se não possa mentirosamente afirmar que estivémos de todo desacompanhados nésta questão de moralidade.

Olhe a gazeta dos *firminos* que nem tudo está corrompido...

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

NOVEMBRO	
DIAS	PHARMACIAS
24	REIS

ANUNCIOS